



A crise endêmica da UNRWA

(Ziva Klein, Eliav Breuer, Jerusalem Post, 29.10; Israel National Digital Agency, atualizações até 30.09.24; Troy O. Fritzhand, 11.01 e Debbie Weiss, 29.10.24, Allgemeiner; Gregg Roman, 06.08, The Middle East Forum Observer; Bassam Tawil, 29.01, Gatestone Institute; Wikipedia)

Em 28.10 o parlamento israelense aprovou, por 92 votos a 10, a proibição de que a UNRWA (UN Relief and Work Agency – Agência das Nações Unidas de Assistência aos Palestinos no Oriente Médio) opere em áreas sob controle de Israel. Com isso revogou um acordo de 1967 com base no qual a Agência atua na Margem Ocidental e em Jerusalém Oriental, o que poderia agora estender-se a Gaza.

Algumas das graves disfuncionalidades da Agência se manifestaram desde a sua fundação em 1949 por iniciativa dos países árabes. O projeto tinha por objetivo declarado prestar assistência aos cerca de 700 mil refugiados palestinos da guerra da independência de Israel, em vez de deixá-los sob a jurisdição da ACNUR, a agência da ONU encarregada de todos os demais refugiados do mundo.

A intenção real dos proponentes era múltipla. Ao contrário da ACNUR, que promove a integração dos refugiados nos países onde se instalaram ou em outros que os aceitem, a orientação da UNRWA consiste em preservar indefinidamente a sua condição de “refugiados”, notadamente nos países árabes como a Jordânia, a Síria, o Líbano, em Gaza e na Margem Ocidental, até que pudessem “retornar a Israel”, ou seja, depois que os judeus de Israel fossem derrotados ou expulsos, porque nenhum estado soberano aceita uma imigração em massa de populações hostis.

Esses refugiados estavam destinados a ser uma massa de manobra permanente contra Israel, num ambiente de inconformados, favorável ao surgimento de movimentos terroristas. Paralelamente, isso dispensaria os países árabes de dar-lhes cidadania e até de impedi-los de exercer plenamente os direitos civis, como o exercício de certas profissões, assim reservadas aos nacionais.

Diversamente da ACNUR, o mandato vigente da agência estabeleceu que seriam considerados refugiados todos os seus descendentes masculinos e seus familiares, de modo que os 700 mil palestinos originais, mais alguns milhares após a guerra de 1967, passaram a ser atualmente cinco milhões e novecentos mil, inclusive aqueles vivendo em outros Continentes e com cidadanias de vários países.

Durante décadas verificou-se que a agência, encarregada da educação desses palestinos, vem utilizando material didático que promove o ódio a Israel com



argumentos religiosos e políticos e, no caso específico de Gaza, a UNRWA passou efetivamente a ser controlada pelo Hamas e pela Jihad Islâmica. Até o presente, conforme documento elaborado pela “Israel National Digital Agency”, além de pelo menos 3 mil professores, 10 por cento dos seus educadores “sênior” (diretores e outros), são militantes do Hamas.

Por outro lado, ao menos uma centena dos funcionários da agência são combatentes terroristas, identificados por seus nomes e documentação do Hamas: vários deles participaram do massacre de 07.10.23, outros mantinham em suas casas os reféns sequestrados. Mais de 30 instalações físicas da UNRWA, entre escolas, hospitais e sedes administrativas em Gaza continham infraestruturas terroristas, como entrada de túneis e depósitos de material bélico.

Foi o conjunto desses fatos e a experiência de décadas – e não alguns casos isolados - que terminaram por motivar a decisão do Knesset. Ademais, há uma questão estrutural que explica por que, por exemplo, inúmeras denúncias de Israel sobre o papel do Hamas na UNRWA foram ignoradas pelo Alto Comissário da agência, Phillipe Lazzarini, que se limitou a demitir 9 militantes depois do massacre perpetrado pelo Hamas.

Com efeito, a maioria dos países doadores da UNRWA classificam o Hamas, o Hezbola e outros movimentos similares como terroristas, mas não a ONU, nem portanto essa Agência, que responde à Assembleia-Geral da Organização. Assim, por exemplo, em fevereiro de 2024 o Subsecretário-Geral da ONU para Assuntos Humanitários, Martin Griffiths, declarou publicamente que “o Hamas não é um grupo terrorista, como sabem, mas um movimento político”.

Conforme assinalou Gregg Roman em artigo de agosto último, pelo seu regulamento a UNRWA se compromete a ser “neutra em casos de hostilidades e não se envolver em controvérsias políticas, raciais, religiosas ou ideológicas”. Só que, entre outubro de 2023 e abril de 2024 suas declarações oficiais violaram esses princípios em mais de 250 vezes, conforme levantamento do “Middle East Forum”, sendo que em 80 por cento dos casos violaram a neutralidade ou incluíram linguagem tendenciosa e relatos sem fundamento dirigidos predominantemente contra Israel, enquanto ignoraram as violações das leis da guerra pelo Hamas. Na realidade, em vez de adotar uma atitude profissional, orientada para a busca de soluções, a liderança da UNRWA dá prioridade a fazer campanhas políticas e midiáticas contra Israel, o que reflete o militantismo comum a tantos funcionários da ONU e de suas agências.

A UNRWA em Gaza dirige uma entidade com características quase estatais, que emprega 13 mil pessoas (do seu total de 30 mil funcionários), quase todos (99%) palestinos, num território dominado pelo Hamas, de modo que sem a aceitação de sua hegemonia ela não pode atuar nem garantir a segurança física dos seus membros. Assim sendo, a UNRWA não controla os mais de 2.000 funcionários



afiliados ao Hamas e a outros grupos terroristas e permite o uso de suas instalações e o desvio de seus recursos financeiros em favor dos terroristas. Esse continuará a ser um problema insolúvel enquanto Israel não conseguir eliminar a capacidade militar do Hamas.

Diante da decisão de restringir a atuação da UNRWA, a posição de Israel é que, à medida que o Hamas vai sendo debilitado, os serviços prestados pela agência - educação (60% do orçamento); saúde (15%); serviços de apoio, como coleta de lixo (13%) - possam vir a ser progressivamente transferidos a outras instituições da própria ONU, como a OMS e a UNICEF, a agências de cooperação de outros países, ONGs e empresas privadas contratadas.

Isso ocorreu durante um período de seis semanas, em fevereiro e março de 2024, em que a UNRWA se eximiu de distribuir ajuda no norte de Gaza, o que foi suprido por entidades como as mencionadas acima. Desde o início da guerra a UNRWA distribuiu apenas 15% da ajuda humanitária, em comparação com os 27% do Crescente Vermelho do Egito e 20% do Programa Alimentar Mundial, além de outras agências da ONU e mais de 43 ONGs atualmente operando em Gaza.

No que se refere especificamente à educação em Gaza, Fleur Hassan Nahoum assinalou que 80 por cento dos terroristas que cometeram o massacre de 7 de outubro foram educados nas escolas da UNRWA, de modo que ela não tem legitimidade para a tarefa e tem sido uma influência venenosa na região. Tendo sido vice-prefeita de Jerusalém, relatou que, ao oferecer na sua cidade melhores oportunidades de educação e integração social em escolas municipais, com um currículo misto árabe e israelense, 20 por cento das crianças palestinas abandonaram o sistema escolar da UNRWA.

(Nota da Redação: Não é possível prever se a decisão do Knesset será efetivamente aplicada, dada a grande complexidade do assunto e a oposição internacional. O porta-voz do Departamento de Estados dos EUA manifestou em 30.10 “profunda preocupação” com a aprovação da medida, “que cria riscos para milhões de palestinos que dependem da UNRWA para serviços essenciais como saúde e educação” e cuja missão “não pode ser preenchida atualmente em termos de fornecimento de comida, água e outras assistências humanitárias”. O porta-voz acrescentou que a implementação da medida “poderá ter consequências sob a lei e a política dos EUA”. Outros países ocidentais e árabes deverão igualmente manifestar oposição à lei aprovada pelo Knesset.

Por outro lado, é evidente que Israel não terá condições materiais de substituir a UNRWA com as alternativas citadas, a não ser muito parcialmente e ao longo de um extenso lapso de tempo, até porque isso não será tarefa sem riscos enquanto o Hamas tiver alguma capacidade militar.



Tampouco se pode esperar que a agência se regenere por si própria - e muito menos que a ONU o faça. Quando o presidente Trump interrompeu as contribuições americanas ao orçamento da agência em 2018 (restabelecidas por Biden em 2021), Guterres indicou uma antiga ministra do exterior da França, Catherine Colonna, para dirigir um grupo encarregado de avaliar se a UNRWA estava cumprindo com suas obrigações de “neutralidade”, mas sabotou a missão ao não aceitar que a entidade fosse proibida de fazer campanhas políticas (political advocacy).

Cabe assinalar que, diversamente de outras agências da ONU, como a OMS ou a ACNUR, a UNRWA não tem um estatuto aprovado. Seu mandato resulta de Resoluções da Assembleia-Geral e pode também receber instruções e pedidos do Secretário-Geral da ONU e de outros órgãos, como o Conselho de Direitos Humanos, controlado por ditaduras e países ostensivamente hostis a Israel.

Nesse contexto, é inimaginável que a ONU altere o seu mandato sobre a definição do que é um “refugiado” e do seu “direito a retornar a Israel”. O bloco dos países da Liga Árabe, que criaram a UNRWA, e os 55 membros da Organização da Cooperação Islâmica garantirão a preservação do seu formato atual, com o apoio da maioria do Terceiro Mundo, dos partidários da “Nova Ordem Mundial” e de países ocidentais em que a “causa palestina” é também um tema de política interna ou uma “causa humanitária”.

Não obstante, a decisão do Knesset tem um valor político a considerar, pois dá alguma transparência e uma difusão mais ampla ao papel deletério da UNRWA, até agora totalmente encoberto pela imagem edulcorada de sua missão de fornecer assistência aos palestinos. Será uma tarefa árdua, mas necessária demonstrar que se pode oferecer ampla ajuda aos palestinos (que já é, aliás, per capita, superior a todos os outros povos assistidos pela cooperação internacional), sem permitir que uma agência da ONU seja controlada, como em Gaza, por movimentos terroristas e promova a formação de gerações de jovens fanatizados com o ódio homicida a Israel e aos judeus).